

ESPECIAL

Aluizio Alves



*Morre o mais
antigo líder
político
do Rio Grande
do Norte*



"Aluizio Alves veio do sertão lá do Cabugi..!"





LUTO

Aluízio Alves morre aos 84 anos de idade

Ex-ministro e ex-governador morre em Natal após três dias de agonia em UTI

BRUNO BARRETO
Da Redação

Morreu ontem, às 14h55, vítima de falência múltipla dos órgãos o ex-governador do Rio Grande do Norte e ex-ministro de Estado, Aluízio Alves, considerado uma das maiores lideranças políticas do Rio Grande do Norte em todos os tempos.

Aluízio Alves vinha agonizando desde a última quarta-feira quando sofreu uma parada cardiorrespiratória em seu apartamento e foi socorrido pelo Samu que o encaminhou para a Casa de Saúde São Lucas.

Na última sexta-feira, o seu quadro clínico tinha apresentado uma pequena melhora e os médicos já tinham suspenso a medicação de indução a coma, no entanto na madrugada deste sábado o ex-governador apresentou novas complicações e teve a morte cerebral constatada às 9h de ontem.

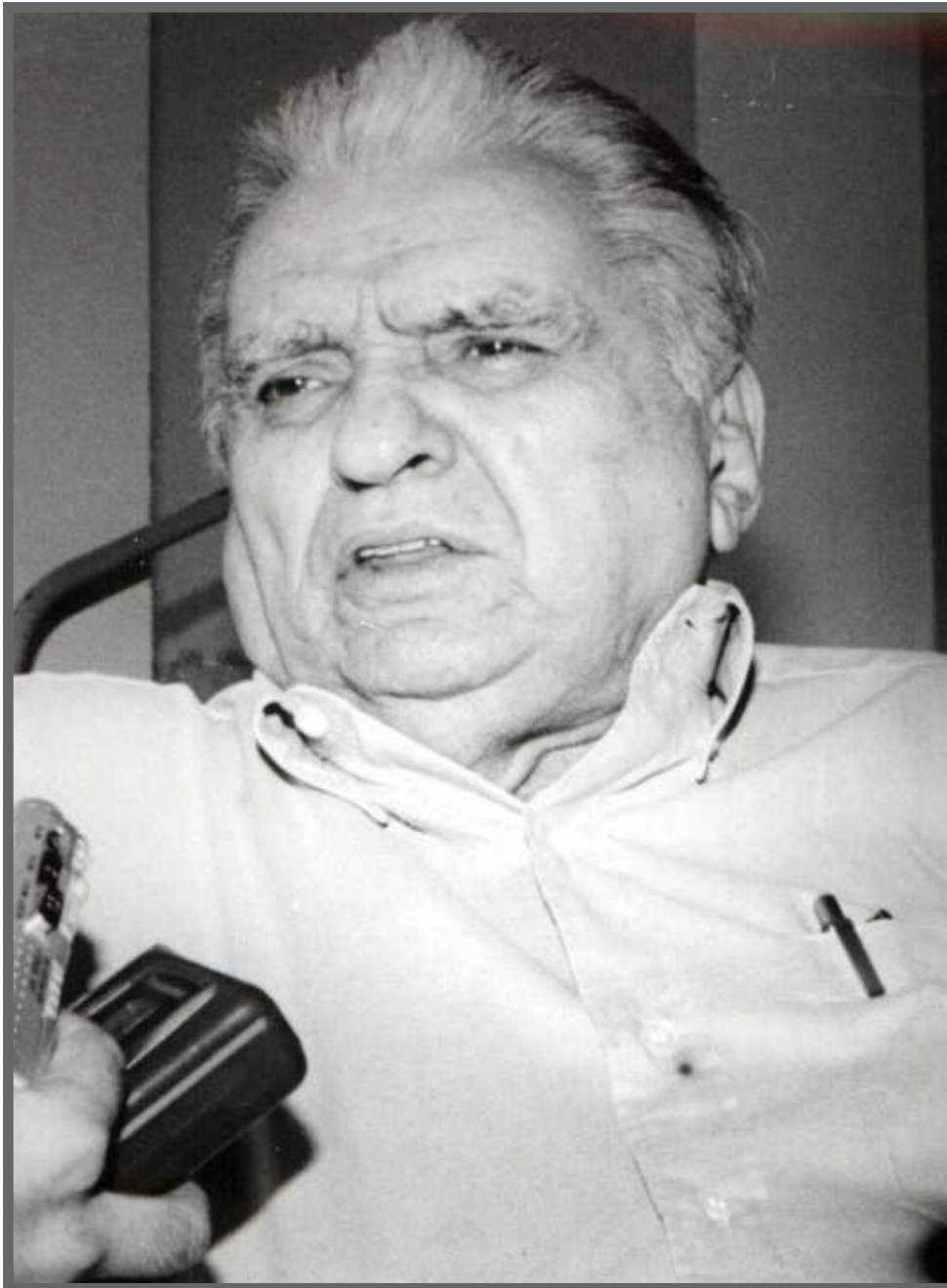
Durante todo o dia de ontem o clima de comoção era muito grande e a agonia da família Alves durou até a metade da tarde de ontem.

O velório está sendo realizado no Palácio da Cultura, antigo Palácio da Esperança, local onde Aluízio Alves exerceu o car-

go de governador do Estado entre 1961 e 1966. O enterro está previsto para às 16h no Cemitério Morada da Paz.

Nascido em Angicos, Rio Grande do Norte, no dia 11 de agosto de 1921, Aluízio Alves estreou na política como deputado cons-

tituinte e deputado federal, na legenda da União Democrática Nacional (UDN), em 1946. Foi reeleito para três mandatos, renunciando em 1961 para concorrer ao governo do seu Estado, o qual administrou até 1966. Apoiou o movimento militar de 1964 e, com a instauração do bipartidarismo, filiou-se ao partido do governo, a Aliança Renovadora Nacional (Arena). Elegeu-se deputado federal por seu Estado, de cumprindo mandato de 1967 e 1969, quando foi cassado e teve seus direitos políticos suspensos, por força do Ato Institucional nº 5 (AI-5), sob alegação de corrupção. O processo em que foi indiciado pela Comissão Geral de Investigações do Ministério da Justiça foi arquivado, em 1973, por falta de provas. Filiou-se ao partido da oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Com o fim do bipartidarismo, ajudou a fundar o PMDB.





ENTREVISTA COM O JORNALISTA CARLOS SANTOS

Jornalista fala sobre líder político

O jornalista Carlos Santos é dos maiores especialistas sobre a vida de Aluizio Alves no Rio Grande do Norte. Ele teve uma relação com o ex-ministro que não se resumiu a de entrevistado e entrevistador, ele fala nessa entrevista que os momentos mais marcantes de Aluizio foram em conversas informais, destaca as discussões sobre jornalismo e política. Além disso, Carlos aponta que a liderança que ele exercia será dividida entre seu filho Henrique Alves e seu sobrinho Garibaldi Alves.

O Mossoroense - Como você avalia a perda de Aluizio Alves para o Rio Grande do Norte?

Carlos Santos - Tivemos inúmeras oportunidades de proximidade em decorrência de um interesse comum, ele como um político e eu como um jornalista focado e atento nessa área e ao mesmo tempo por causa do fato dele ser um jornalista de longo curso e muito vitorioso. Aluizio Alves é sem sombra de dúvida a grande figura da geografia humana do Rio Grande do Norte nos últimos anos, tanto é que uma pesquisa identificou que ele foi o norte-rio-grandense do século XX. Ele sem sombra de dúvida deixa como principal herança a permanente dedicação a tudo aquilo que fez na política, na educação, no jornalismo. Um homem que tem marcas profundas identificadas com suas lutas envolvidas em todas as atividades humanas.

OM - O que ele representou para Mossoró em termos políticos?

CS - Olha, Aluizio Alves surgiu para Mossoró no início dos anos 60 de uma forma mais efetiva. Com advento do Estado de exceção do regime militar ele passou a ter um verdadeiro duelo contra o grupo da família Rosado,

em Mossoró. Era um momento de muito radicalismo, era uma pessoa intrinsecamente ligada a história política de Mossoró, sobretudo nos últimos 30, 40 anos.

OM - Você teve várias en-



trevistas com ele. Que momento apontaria como o mais marcante?

CS - Entrevistas fizemos algumas, mas na verdade as conversas foram muito superiores a todas as entrevistas porque é uma ocasião onde os indivíduos relaxam mais por saírem daquele contexto

da normalidade que o trabalho jornalístico impõe. As nossas conversas sempre foram muito focadas a dois temas: política e jornalismo. Conversar com Aluizio Alves para mim sempre foi um privilégio porque sempre era um

o que não era o caso, porque muito do que ele propagou terminou sendo muito interessante para mim e mereceu não somente o meu respeito, mas o de muitas pessoas e instituições.

OM - Você falou que dentro de suas conversas com Aluizio o jornalismo era um tema frequente. Qual sua avaliação dele como jornalista?

CS - Só tenho inveja de quem tem muita inteligência e muita cultura. Eu disse isso a ele que a minha inveja era não escrever tão bem quanto ele e não ter tanta cultura como ele. Como a cultura e a inteligência são bens que adquirimos, prometi a ele que iria me esforçar ao máximo para não ser ignorante.

OM - Outro dia você comentava sobre a capacidade de Aluizio de se adequar as novas tendências jornalísticas. Explique um pouco disso ao leitor.

CS - Exatamente. Você observa em seus artigos na Tribuna do Norte e em seus livros que são trabalhos que para nós que estudamos o jornalismo permanentemente percebemos que há sempre uma procura pela atualização. Em muitas situações temos a im-

aprendizado sobre política, economia e os mais diversos segmentos da atividade humana onde ele militou com muita propriedade e muita consistência e conversar com gente inteligente que tenha cultura não há como você ter prejuízo. Você pode discordar praticamente de todas as idéias que essa pessoa possa manifestar,

'Aluizio Alves surgiu para Mossoró no início dos anos 60 de uma forma mais efetiva. Com advento do Estado de exceção do regime militar'



pressão de que ele chegou antes da maioria, são textos limpos, sintéticos, de orações curtas e diretas. Isso é impressionante. O que me chamou a atenção também nele é que ele não tinha nada anotado. Eu dizia que tudo meu era anotado e catalogado e ele me dizia que não tinha nada anotado. Ele me disse que até para assumir a vaga na Academia Norte-riograndense de Letras ele teve que pedir os seus livros emprestados para falar e justificar a sua ascensão. Isso mostra a capacidade de discernimento e a cultura e do talento não apenas para a política, mas também para o jornalismo que ele tinha. Para completar o meu raciocínio vemos na história de Aluizio a criação da faculdade de Jornalismo e complexos de comunicação importantes como a Tribuna do Norte, Rádio Cabugi, Difusora, TV Cabugi e uma passagem que parece ser a mais importante para demonstrar a força e o valor de Aluizio Alves que foi a criação da Tribuna da Imprensa em 1949 com grandes nomes da política e da cultura do país, naquele tempo como Carlos Lacerda. A Tribuna foi criada no Rio de Janeiro e permaneceu até 1958. Foi uma verdadeira escola de jornalismo onde ele foi diretor e redator-chefe durante esse período.

Você há de convir que foi um momento de riqueza cultural onde ele esteve na fina flor da cultura nacional. Algo que queria assinalar que vi em livros retratando o perfil de Carlos Lacerda que sempre foi uma figura virulenta de textos fantásticos, mas sempre muito ásperos colocou Aluizio como uma espécie de copidesque dele chamando ele de departamento do bom senso, quando ele chegava a Tribuna da Imprensa com seus artigos incendiários e dizia 'entrega ai DBS' que era Aluizio que tinha autoridade para reparar todo o texto ou simplesmente vetá-lo.

OM - A sua mãe, dona Maurá, foi integrante do movimento das senadoras. Que tipo de relatos ela fez sobre o grupo?

CS - Nasci em um ambiente político, não um ambiente político partidário, mas um ambiente de pessoas muito esclarecidas quanto à política, muito interessadas na cultura e sempre estimulando os filhos a busca pelo conhecimento. A vivência que tenho desde criança foi testemunhando parte do movimento das senadoras que minha mãe fez parte. Foi um movimento político bastante significativo e interessante onde mulheres da ci-

Internet e das liberdades individuais com o estado democrático de direito e de outros aditivos dessa era que nos vivemos

“As senadoras foi um movimento muito significativo na história política do Rio Grande do Norte”

nos últimos anos eu observo uma participação política muito diminuta de quase a totalidade da população onde temos jovens pouco afeitos a política. Esse movimento das senadoras é extremamente relevante e precisa ser mais estudado e resgatado por nós mossoroenses.



dade se levantaram em defesa de um segmento político chamado aluizismo sem que nenhuma delas tivesse uma participação como candidatas, mas foram porta-vozes, arautos do aluizismo na região de Mossoró tendo uma repercussão além fronteiras. Esse foi um movimento que não enriquece só a história política de Mossoró, mas também a sociologia da cidade independente de teses ou lados que pudessem estar em jogo nesse tipo de atividade política. O que acho mais significativo é a manifestação política que lamentavelmente em plena era da

OM - Para você qual será a grande marca que Aluizio deixará na política do Rio Grande do Norte?

CS - Eu sou, particularmente, apaixonado pela retórica, tenho verdadeira adoração pelos grandes oradores e discursos de Aluizio Alves nesse tempo da chamada cruzada da esperança quando ele disputou o governo com outro homem de igual valor chamado Djalma Marinho. As passagens desse tempo com discursos memoráveis, populis-

‘A Tribuna da Imprensa foi criada no Rio de Janeiro e permaneceu até 1958. Foi uma verdadeira escola de jornalismo onde ele foi diretor e redator-chefe durante esse período’

tas é verdade, que certamente ficarão marcados na história do Rio Grande do Norte. Aluizio falou em algumas entrevistas que nunca conseguiu ficar em cima do muro, sempre terminou provocando ódio e paixão e foi muito presente nesse período onde a política tinha esse aspecto passional e emocional no Rio Grande do Norte. Eu entendo que a oratória e o conteúdo intelectual são pontos marcantes de sua história, mas há dado interessante na história dele que praticamente passa despercebido que precisa ser destacado: no final do governo Itamar Franco, ele foi indicado para o Superior Tribunal Militar (STM) e houve uma pressão, por ser um tribunal formado iminentemente por militares, para que ele não assumisse por não ter exercido a advocacia e criou-se uma série de dificuldades, ainda tinha aquele ranço por ele ter sido cassado no regime militar. Ele venceu todas as barreiras e quando estava na iminência de ser indicado disse que não tinha mais a pretensão de ser indicado para aquele colegiado e agradeceu a todos, mas ele não se sentia bem. Foi uma atitude de grandeza onde ele mostrou ser um homem de atitude.

Você o critica por determinadas decisões, mas não pode criticar ele por ter sido omissos.

OM - Com a passagem dele, quem será seu herdeiro político?

CS - Sem sombra de dúvida, o herdeiro em densidade eleitoral é Garibaldi Filho, mas em capacidade de articulação e de liderança é Henrique Alves. Há uma dualidade em termos de liderança no PMDB, que sucessor do MDB. Um nome como Aluizio Alves para conseguir galvanizar as massas, transmitir confiança e gerenciar a política com toda a complexidade que ela tem, eu acho que é muito difícil você encontrar um indivíduo com os valores que ele possuía.



A precocidade de Aluizio Alves

Aluizio Alves nasceu na cidade de Angicos, no dia 11 de agosto de 1921.

Foi um menino precoce, iniciando sua carreira de jornalista ainda criança. Fundou o jornal "O Clarim", que era datilografado e possuía apenas um exemplar, passando de casa em casa. O jornal, segundo Aluizio, era "por mim mesmo desenhado em vermelho, e por mim todo ele escrito: desde o editorial às notas de aniversários, notícias

de festas, entrevistas, etc., às vezes, jornalista e datilógrafo de dois dedos, levada o dia inteiro, até sem almoço, entrava pela noite, sob o protesto da minha mãe. Tudo era compensado pelas alegrias do domingo: o jornal ia passando de casa em casa, com os comentários dos vizinhos, leitores de toda a cidade".

Mais adiante, duas outras iniciativas, ambas no campo do jornalismo: o jornal "A Palavra" e a revista "Potiguarânia". Dirigiu também o jornal "O Estudante".

O Partido Popular, quando criou "A Razão", designou Aluizio para trabalhar como repórter. O jornal pertencia a Dinarte Mariz e seu diretor era Eloy de Souza.

Após a vitória do Partido Popular, que conseguiu eleger três deputados, e a situação

apenas um, Aluizio Alves, escreveu um artigo com o título "Três a Um", quando chamou o interventor Bertino Dutra de "apêndice podre da Marinha brasileira". Diante da ofensa, a Marinha mandou prender Aluizio. Foi criado, então, o impasse: o autor do artigo era menor, contava apenas 13 anos de idade... Como solução, o jornal foi fechado. Na administração de Mário Câmara, a

publicação voltou a circular.

O jornalista mirim enfrentou outro problema semelhante. O major Abelardo de Castro deu uma entrevista criticando a situação que havia no Rio Grande do Norte. Essa entrevista foi publicada no "Diário de Pernambuco". Como o jornal da oposição se encontrava fechado, a entrevista foi impressa em forma de boletim. Na noite seguinte, Aluizio, com outras pessoas, pregavam com grude os boletins nas paredes das casas, edifícios públicos, etc. Quando Aluizio estava colando as folhas atrás da catedral velha, foi preso. Mas não podia ser preso por causa da idade. O chefe da polícia, capitão da Marinha, Paulo Mário, chamou o pai do menino, aconselhou, ameaçou, porém o jovem rebelde foi colocado em liberdade.

Aluizio, repórter de "A Razão", junto à Assembléia Legislativa, viveu momentos difíceis nessa fase: "lá às seis horas da manhã para "A Razão", escrevia várias matérias. Quinze para as oito e eu ia para o colégio e ficava até onze horas. Às onze horas voltava para a "A Razão" para escrever e fazer a revisão da matéria. Uma hora da tarde voltava para o colégio, até aí sem comer, sem almoçar, ficava no colégio até três e meia da tarde. Quando saía às três e meia da tarde, eu ia para o jornal, assistia ao final do jornal".

Aluizio Alves começou a se interessar por política no ano de 1932, com onze anos de idade, quando, após a derrubada do prefeito de Angicos, João Cavalcanti, seu pai, Manoel Alves, foi eleito prefeito.

Nesse ano, ocorria uma terrível seca e os flagelados da região procuraram seu "Nezinho", que convocou os comerciantes para colaborar: recebendo e distribuindo gêneros alimentícios, estava ali presente o menino Aluizio Alves.

Outro acontecimento vai marcar a carreira precoce do político Aluizio Alves: durante a revolução Constitucional de 32, ele se encontrava em Ceará Mirim. Nessa cidade só havia uma rádio, na casa de Waldemar de Sá. O menino Alves ouvia os discursos dos líderes do movimento, repetindo para os presentes.

Aluizio, indo para o Ceará, estu-

dou no Ginásio São Luiz. Ocorreu então o seguinte fato: um motorista de ambulância dirigia em alta velocidade para salvar um doente. A ambulância virou, o motorista morreu, porém, o doente sobreviveu. O acontecimento emocionou a cidade de Fortaleza. Aluizio foi escolhido para fazer a oração, durante uma homenagem prestada pelos estudantes aos familiares da vítima do acidente. Seu discurso emocionou a todos os presentes. A partir daquele momento passou a ser o orador oficial do ginásio.

Em 1940, em Angicos, a paróquia organizou a festa de Cristo Rei. Estiveram presentes o governador Rafael Fernandes e Aldo Fernandes. Na oportunidade, Aluizio pronunciou uma conferência sobre a Paróquia de Angicos. Como resultado, o menino conferencista foi convidado por Aldo Fernandes para trabalhar no jornal "A República", quando se tornou repórter e editor do referido órgão de imprensa, na época, dirigido por Edgar Barbosa.

Em 1942, uma grande seca. Natal foi invadida pelos flagelados. Aldo Fernandes chamou Aluizio, dizendo que queria fazer uma reunião com as principais autoridades da cidade. Aluizio, então, escreveu um artigo intitulado "Convocação à família natalense", sendo designado para organizar o trabalho de assistência aos flagelados. Dentro de três dias 8 mil pessoas estavam abrigadas. Terminada a seca, Aluizio Alves organizou a volta dos retirantes, fazendo com que cada um levasse instrumento de trabalho, além de recursos para recomeçar a vida, inclusive, comida para um mês. Aconteceu que, no final, ficaram 60 menores de ambos os sexos. Aluizio Alves sugeriu, então, criar um Serviço de Assistência ao Menor. Aprovada a idéia, Aluizio Alves foi para Recife e, naquela cidade, entrou em contato com as autoridades que tratavam do problema.

Foi fundado o "Abrigo Melo Mattos", com Orígenes Monte assumindo a direção.

Incansável, Aluizio Alves, com ajuda da Legião Brasileira de Assistência, criou o Instituto Padre João Maria e, com auxílio da prefeitura, organizou o Abrigo Juvino Barreto. Ambos foram inaugurados no dia 19 de abril de 1943.





CAMPANHAS MOSSOROENSES

'Senadoras', as primeiras marqueteiras

Mulheres de Mossoró criaram um grupo que se empenhava por Aluizio na cidade

Um dos maiores símbolos da capacidade de atração de Aluizio Alves foi o movimento conhecido como 'senadoras', um grupo de mulheres mossoroenses que dedicaram suas vidas a promover as campanhas de Aluizio Alves em Mossoró de forma benemérita sem pedir nada em troca por isso.

Integrante do movimento desde o seu início, em 1960, Rose Cantídio, conta como o movimento surgiu: "Aluizio se hospedava na casa de dr. Duarte Filho que era vizinho a casa de Ozelita Cascudo onde as mulheres que o admiravam costumavam se reunir e Aluizio costumava nos chamar de 'senadoras'. Nós assumimos a responsabilidade de comandar as campanhas dele em Mossoró depois que ele rompeu com dr. Duarte, ajudamos bastante Henrique a se eleger deputado federal nos anos 70. Fazíamos uma espécie de mídia para ele visitando as pessoas, explicando quem era Aluizio, o que estava acontecendo com ele e porque se deveria votar em Henrique", disse.

Outra integrante histórica do movimento é a empresária Edite Souto que considera as 'senadoras' uma das maiores demonstrações de carinho a um político no Rio Grande do Norte. "O movimento das senadoras, foi inigualável, ninguém fez nada por um político como as 'senadoras' fizeram por Aluizio que foi um dos maiores líderes políticos que o nosso Estado já teve", destacou. Edite explicou como surgiu o



Rose e Edite, uma vida de dedicação a Aluizio

nome as 'senadoras' e disse que o movimento perdeu força depois das eleições de 1982. "Dizem que o nome foi dado pelos adversários que, de forma

irônica, nos chamava de 'senadoras' numa tentativa de tentar diminuir e Aluizio como sempre incorporava os apelidos e passou a nos chamar de 'min-

has senadoras' e o apelido ficou. Desde 82 o movimento se enfraqueceu porque o povo hoje não vota mais por amor", concluiu emocionada.



Oposições vitoriosas nos anos 60



Nos anos 60, o Brasil passava por uma séria crise política, agravada pelo conflito ideológico esquerda versus direita, com radicalismo de ambas as partes. Dentro desse contexto, se destacava o antagonismo entre as forças nacionais ("comunistas") e as forças conservadoras ("entreguistas"), com a participação ativa de políticos operários e estudantes.

Como consequência da crise que abalava o país Quadros renunciou, entregando o cargo de presidente da República a João Goulart, em agosto de 1961. Goulart, em agosto de 1961. Goulart tomou posse em 7 de setembro e governou, em regime parlamentarista, até ser deposto pelo golpe militar em 1964.

As constantes crises políticas vividas pelo país refletiam e deixavam profundas marcas na região nordestina. Apesar do crescimento de sua produção industrial, a participação do Nordeste no produto total do país caía para 15,5%, índice menor do que o de outras regiões.

Como consequência do processo de industrialização, cresceram os centros urbanos, e, ao mesmo tempo, aumentava o êxodo rural, com o deslocamento de grande número de famílias para as grandes cidades.

Um dos fatores que contribuíram para o êxito do populismo no Rio Grande do Norte foi a atuação da Igreja Católica, com a instalação dos sindicatos rurais e com o Movimento de Educação de Base.

As campanhas de educação popular contribuíram também para acelerar o processo de politização das camadas mais humildes. Exemplos: a "Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler", em Natal, e ao "Movimento de Cultura Popular" em Recife, ambas em 1960.

Foi sobretudo no processo político que o des-

contentamento popular se refletiu no Nordeste, com grandes vitórias conquistadas pela oposição durante o período compreendido entre 1956 a 1962. No Rio Grande do Norte, em 1960, Aluizio Alves se elegeu governador e, no mesmo ano, Djalma Maranhão chegou à prefeitura de Natal, também pela oposição.

A campanha política de 1960 se desenrolou num clima de muita agitação. O governo Dinarte Maris deixou um testamento político que desorganizou, completamente, as finanças do Estado.

O povo norte-rio-grandense estava asfixiado, aspirava por se livrar daquela situação, recebendo com entusiasmo a mensagem oposicionista que prometia reformular os processos administrativos, dinamizar a administração pública e criar as condições básicas para iniciar a industrialização, começando, dessa maneira, o desenvolvimento do Estado. Essa proposta de governo era defendida por um jovem e dinâmico político: Aluizio Alves. Uma vez candidato, rapidamente assumiu a liderança do seu grupo, organizando uma coligação partidária com a denominação de "Cruzada da Esperança", formada pelo PSD, PTB, PCB, PRP, PTN e dissidentes da UDN. Para vice-governador foi indicado o monsenhor Walfredo Gurgel, uma das mais expressivas lideranças do PSD seridoense. Para a prefeitura da cidade do Natal, dois líderes representantes da esquerda: Djalma Maranhão, para titular, e Luiz Gonzaga, para vice-prefeito.

A nível nacional, a Cruzada da Esperança dividia-se. PSD, PTB e PTN apoiavam o marechal Lott para presidente da República, um homem honesto, nacionalista, porém, sem nenhuma aptidão política. Aluizio Alves e a dissidência da UDN apoiavam Jânio Quadros. Para vice-presidente, os candidatos eram João Goulart, com apoio do PSD, PTB e PTN, e Milton Campos, apoiado por Aluizio.

Djalma Maranhão, um homem da classe média sem nenhuma ligação com qualquer grupo econômico forte, de mãos limpas, partiu para a sua campanha com muita garra.

Sua atuação vai se caracterizar, principalmente, por dois aspectos. Primeiro, um caráter nitidamente ideológico. Nacionalista, desencadeava uma luta aberta contra o imperialismo. Segundo, a participação direta e espontânea do povo, em seus segmentos mais pobres.

Dentro dessa linha de ação, foram criados os Comitês Nacionalistas, cuja importância foi salientada por Moacyr de Góes: "a organiza-



Oposições vitoriosas nos anos 60

ção da campanha se fez em função dos Comitês Nacionalistas. A mobilização origina-se do Comitê, para o Comitê e pelo Comitê. Entre janeiro e fins de setembro, foram organizados e funcionaram 240 Comitês Nacionalistas também conhecidos como Comitês Populares ou Comitês de Rua. Esse número ganha maior expressão quando situado numa cidade de 160 mil habitantes, à época, tendo tido um comparecimento eleitoral de pouco mais de 36 mil votantes".

A mobilização foi, portanto, muito grande. Crescia de importância porque não se fazia apenas a exaltação da personalidade do candidato Djalma Maranhão, mas ao mesmo tempo eram discutidos temas locais, regionais e nacionais. Paralelamente à campanha política propriamente dita, se realizava também um verdadeiro trabalho de politização das massas. Claro, uma vez politizado, o eleitor se integrava na luta nacionalista e antimperialista.

A sua campanha fugia, e muito, das tradicionais campanhas políticas, cuja base era o ataque pessoal, tão comum no Rio Grande do Norte e no restante do Brasil.

A campanha de Aluizio Alves foi radicalmente diversa da realizada por Djalma Maranhão quanto à metodologia de ação empregada, bem mais sofisticada utilizando inclusive uma empresa publicitária. Empregando, de maneira racional e inteligente, os meios de comunicação de massa (rádio e jornal). Usando slogans, como "Fome ou Libertação?", "mendicância ou trabalho?", ou ainda "Miséria ou Industrialização?", colocava diante do eleitor o caos em que se encontrava o Estado, sugerindo uma mudança radical através da vitória da oposição. Esse triunfo marcaria o início de um processo de desenvolvimento no Estado do Rio Grande do Norte.

A "Tribuna do Norte", jornal de Aluizio Alves, produzia cerca de 5 mil exemplares diários, uma

tiragem, bem maior do que "A Folha da Tarde", de Djalma Maranhão. Como disse Agnelo Alves, irmão de Aluizio Alves, e também jornalista, "foi o jornal que sedimentou a imagem de Aluizio, levando diariamente, durante dez anos, seu nome a todo o Estado".

A "Tribuna do Norte" serviu para influenciar determinados segmentos da sociedade, como intelectuais, estudantes e grande parte do funcionalismo público federal, estadual e municipal. Contribuiu igualmente para a tomada de decisão de muitos indecisos.

lo entusiasmo. Velhos, moços, crianças, mulheres de todas as idades, agitando nas mãos bandeiras e ramos verdes, cantando as músicas da campanha e gritando "Aluizio, Aluizio, Aluizio". Um espetáculo nunca visto no Rio Grande do Norte, suplantando, portanto, a campanha de José da Penha, o primeiro líder popular da história política do Estado.

Enfim, Aluizio Alves aparecia como um "homem comum", simples, pobre, de resistência física extraordinária, passando noites inteiras acordado, em virtude de

se transformar, no futuro, no mais poderoso partido de toda a História do Brasil".

Aluizio Alves definia o seu nacionalismo de outra maneira: "o nosso nacionalismo é, por isso, pragmático, e se despe de qualquer sentido ideológico de classe. Ele assenta no esforço capitalista, o esforço público, no esforço misto. Os seus dois objetivos são: primeiro, entregar a instrumentos brasileiros que representam a iniciativa privada e pública o comando da economia, estabelecendo mecanismo através do qual o en-



Com suas manchetes, notícias, fotos e editoriais, traçava um quadro inteiramente favorável aos candidatos da Cruzada da Esperança.

A situação caótica em que se encontrava o Estado foi uma importante causa da vitória desta coligação partidária.

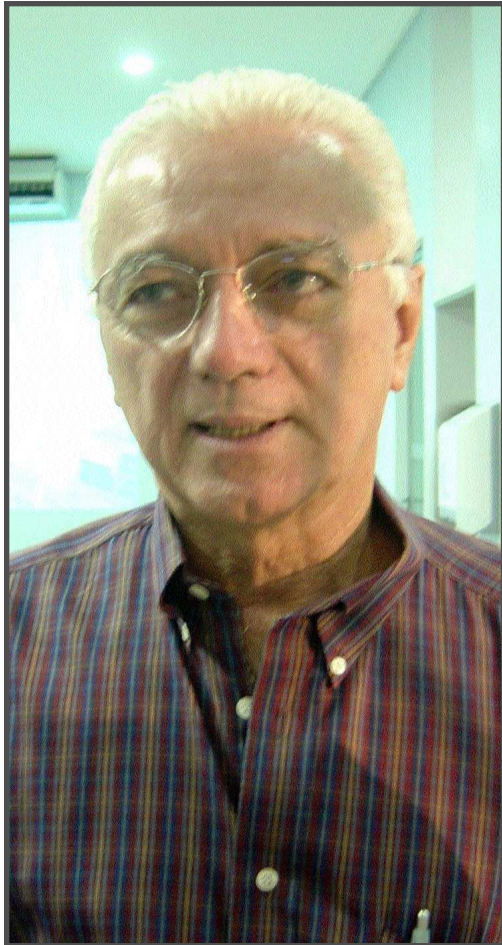
A liderança carismática de Aluizio Alves empolgou o povo. Ciente de seu magnetismo pessoal, ele procurava por todos os meios manter o contato direto e pessoal com os eleitores. Os seus comícios e as suas passeatas impressionavam pelo número de participantes e pe-

vigílias, lutando e sofrendo sempre ao lado do povo. Nesse aspecto, certamente, se aproximavam os dois líderes populistas: Djalma Maranhão e Aluizio Alves. Ambos se apresentavam como pessoas pobres, da classe média, sem dinheiro, lutando contra a máquina lubrificada, manipulada pelos poderosos.

Havia, entretanto, uma grande diferença com relação ao posicionamento ideológico. Um da esquerda, o outro do centro. Para Djalma Maranhão, "o nacionalismo é ainda um movimento, uma revolução em marcha, para

riquecimento nacional não se acumula nas mãos de poucos e antes alcance seu legítimo usufrutuário, que é o povo; segundo, criar no Nordeste parcela significativa e ponderável de um grande mercado interno que funcione para si e apenas secundariamente para o mercado externo".

"Tal nacionalismo não é anti coisa alguma. Nem anticapitalista nem antisocialista. Ele se situa fora da área do debate ideológico para inserir-se corretamente na área em que o nacionalismo deve, por natureza colocar-se para colher o apoio de toda a Nação".



Laíre: "Ele revolucionou a política"



Sandra: "Sua morte encerra um ciclo"



Larissa: "Ele foi uma das maiores lideranças"

DEPOIMENTOS

Políticos lamentam morte de Aluízio Alves

Ex-correligionários destacaram os feitos do ex-governador do Rio Grande do Norte

Antigos correligionários de Aluízio Alves, Sandra, Laíre e Larissa Rosado prestaram solidariedade à família Alves na Casa de Saúde São Lucas e comentaram a perda do antigo companheiro.

A deputada estadual Larissa Rosado (PSB) disse que ele ficará na lembrança de todos os potiguares. "Ele foi um grande político, uma das maiores lideranças

de nosso Estado e vai ficar na lembrança de todos os potiguares", frisou.

A deputada federal Sandra Rosado afirmou que a morte de Aluízio encerrou um ciclo na história do Rio Grande do Norte. "Aluízio foi uma das grandes lideranças de nosso Estado, sua morte encerra um ciclo de grandes lideranças como Vingt Rosado e Dinarte Mariz.

Ele foi um político sempre à frente de seu tempo, em suas campanhas e ações administrativas. Lamento profundamente a sua morte pelo exemplo que ele foi para todos nós", destacou.

Para o secretário da Agricultura, da Pecuária e da Pesca, Laíre Rosado, Aluízio Alves foi um verdadeiro revolucionário em vários aspectos. "Aluízio Alves foi o

maior líder político de minha geração. Revolucionou o Estado com seu estilo de fazer campanha. Foi o primeiro político no RN a usar pesquisas, descentralizou a administração pública e terá o seu nome registrado na história nacional através de sua liderança política e participação administrativa como ministro de Estado em duas ocasiões", destacou.



Articulações políticas que levaram Aluizio Alves a vencer a campanha de 1960

A crise da hegemonia política oligárquica no Rio Grande do Norte, abriu caminho para que o populismo ganhasse espaço junto à sociedade. Essa hegemonia política oligárquica era instituída pelas representações locais dos partidos UDN - do qual fazia parte Aluizio Alves -, e PSD, que desde 1947 revezaram-se no poder do Estado, garantindo os interesses das oligarquias, das quais eram os seus fiéis representantes.

A partir de 1960, a sustentação desse sistema político, voltado para a manutenção dos interesses oligárquicos, já dava sinais de enfraquecimento e crise, pois, no cenário econômico e social do Rio Grande do Norte tinham ocorrido mudanças significativas, como por exemplo, a atuação da burguesia e da classe média em prol da industrialização do Estado, que exigiam uma nova postura dos políticos que pretendessem alcançar e se manter no poder.

Neste contexto, se um político se comprometesse com a causa da industrialização contaria com o apoio dessas classes emergentes e poderia assegurar um bom desempenho em sua escalada política. Aluizio Alves fez mais do que isso. Apresentando-se como uma figura política inovadora capaz de romper com o atraso político e econômico, patrocinado pelas oligarquias, ganhou rapidamente o apoio da burguesia e da classe média, e, além disso, utilizando-se de práticas notoriamente populistas do tipo assistencialista e paternalista junto às camadas sociais mais carentes ganhou o apoio também da população sofrida.

Já em 1942, Aluizio Alves demonstrava a que veio quando se lança a frente de uma campanha de Assistência aos Flagelados da Seca, que houve naqueles anos, e depois ao tornar-se diretor da LBA no Estado. Quatro anos depois já era deputado federal pela UDN, conseguindo ainda três mandatos depois desse, 1950, 1954 e 1958, como deputado federal.

Em 1958, Aluizio Alves começa a maquinar a sua candidatura ao governo do Estado nas eleições de 1960.

Mais uma vez Aluizio Alves utilizava-se de práticas de cunho puramente

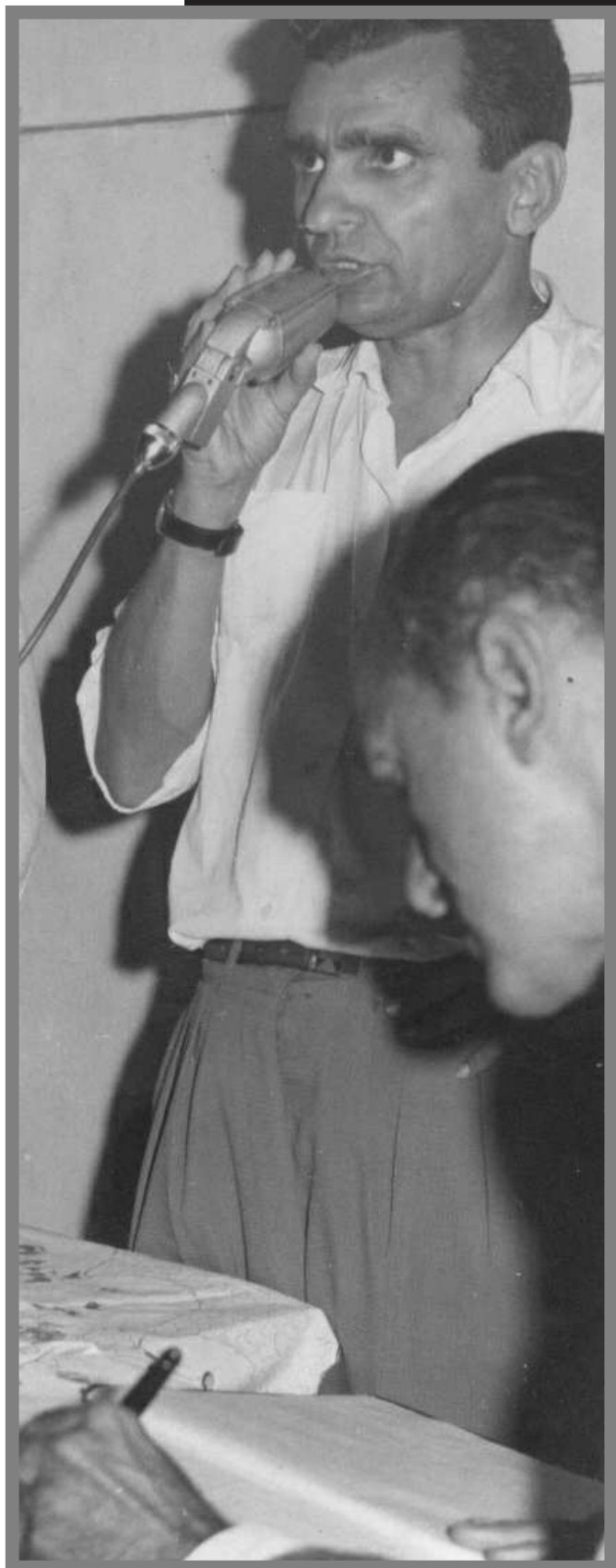
assistencialistas e imediatistas, porém que obtiveram grande impacto nos extratos populares. Foi com esse objetivo que ele apresentou um projeto à Câmara que fora transformado em lei, chamada "Crédito de Emergência", que teve grande importância durante sua campanha eleitoral, tornando-se um de seus carros-chefes.

Em 1960, o destino político de Aluizio Alves, começou a ser definido com relação à postura política que teria durante a campanha. Primeiramente rompeu com Dinarte Mariz, por este não ter aceitado a indicação de José Augusto, feita por Aluizio Alves, à candidatura do Senado. Depois deixou a legenda da UDN, e passou a assediá-lo em busca de encabeçar a sua chapa para governador, o que é aceita por Theodorico Bezerra, líder do PSD no Estado e pretense candidato a governador, ao ser aconselhado pelo então presidente Juscelino Kubitschek.

Durante as conversações para coligação de partidos políticos, Aluizio Alves demonstrou ser um grande articulador político, pois conseguiu manter o apoio em torno de sua candidatura, de diversos partidos - ignorando as chamadas correntes ideológicas - tais como: PIB, PTN, PDC, PSP, PSB, e de alguns dissidentes da UDN local e, além disso, ainda tentava o apoio do comando nacional da UDN.

Foi na sua campanha para governador do Estado do Rio Grande do Norte em 1960, que Aluizio Alves pôs em prática toda a sua capacidade em ser um político demagogo, populista e oportunista.

(Por Walter José da Silva)





TRIBUNA DA IMPRENSA

Nascimento e morte de um jornal

LUÍS EDGAR DE ANDRADE

Pouca gente sabe. Quando o repórter Carlos Lacerda, já famoso no Rio de Janeiro, largou em 1949 o Correio da Manhã, em divergência com a direção do jornal, a primeira idéia que lhe passou pela cabeça foi pedir um emprego de novelista na Rádio Mayrink Veiga. Diante do sucesso que fazia na Rádio Nacional a novela cubana O Direito de Nascer, sentiu-se tentado a abandonar o jornalismo, embora sua experiência na ficção fosse um livrinho muito fraco, de que se envergonhava - Bailarina Nua Solta no Mundo.

Façamos de contas que, nessa ocasião, ao invés de fundar a Tribuna da Imprensa, como aconteceu, Lacerda tivesse optado mesmo pela radionovela. Como seria o Brasil de hoje? Claro que diferente. Sem as denúncias de Lacerda, Getúlio Vargas não teria se suicidado. E, muito menos, Jânio Quadros renunciado. Sem a renúncia de Jânio, é provável que não tivesse havido a ditadura. Seríamos todos mais felizes.

No final dos anos 40, Lacerda escrevia no velho Correio a coluna política "Da Tribuna da Imprensa". Nela havia coberto, com muito sucesso, a Assembléia Constituinte de 1946. Mas pediu demissão quando o dono do jornal, Paulo Bittencourt, o proibiu de criticar o grupo econômico Soares Sampaio, que tinha ganho, no governo Dutra, a concessão para instalar uma refinaria de petróleo.

Dezenas de amigos foram a seu apartamento para prestar solidariedade. No meio deles, um deputado de 25 anos, Aluizio Alves, eleito pela UDN do Rio Grande do Norte, no 2º ano de Direito. Achando que nenhum jornal lhe daria emprego, Lacerda tinha decidido tentar a radionovela. Foi Aluizio que sugeriu a alternativa: "Por que não montar um jornal?" O outro abriu a boca: "Eu? Com que dinheiro?" Na manhã seguinte foram juntos ao escritório do milionário Lauro Carvalho, dono da loja de roupas "A Exposi-

ção", que se ofereceu como acionista: "A idéia pode ser ousada, mas nada tem de maluca".

Assim nasceu a Tribuna da Imprensa - o primeiro jornal brasileiro, talvez o único, cujo capital foi levantado em subscrição popular. Em poucos meses, milhares de cariocas de todas as classes, unidos pela admiração a Lacerda, compraram ações do futuro jornal. Até que, um dia, o jovem autor da idéia recebeu um telegrama, em Araxá, Minas Gerais, quando representava a Câmara de Deputados num Congresso das Classes Produtoras: "Convoco redator-chefe Tribuna da Imprensa vir assumir seu posto. Abraço fraternal, Carlos Lacerda".

O jornalista Aluizio Alves, que chefiou a Tribuna de 1949 a 1958, contou a movimentada história do jornal na quinta-feira, 4/5, na Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, durante o lançamento do seu livro de memórias O que eu não esqueci (Leo Christiano Editorial, 239 páginas, R\$ 30,00). O mundo dá muitas voltas. No meio da palestra chegou a ABI a notícia divulgada na Internet pelos jornais on-line: oficiais de justiça estavam lacrando, na rua do Lavradio, a redação do antigo vespertino, para executar o decreto de falência. Quem te viu e quem te vê.





BIBLIOGRAFIA

PEREIRA, Henrique Alonso Rodrigues. O homem da esperança: uma experiência populista no RN (1960-66). Dissertação de Mestrado. Recife: Departamento de História, 1996.

A política na década de 60 e o golpe: Aluizio, Dinarte, Djalma Maranhão entre sonhos populares e populistas

Aluizio Alves apóia o golpe militar de 1964 e, depois, por articulações de Dinarte Mariz, também é cassado

Os acontecimentos que culminaram com o golpe militar de 1964, no Rio Grande do Norte, foram bastante tumultuados, mas logo a repressão instaurou-se nos quatro cantos do Estado. "No dia 1º de abril, o sr. Aluizio Alves, impensado pelos acontecimentos, redigiu dois manifestos, um a favor da revolução, e o outro, ao lado do amigo Jango". (GÓES, 1999 b, p. 246). Após consultar Magalhães Pinto, líder nacional da UDN e um dos articuladores do golpe civil-militar, o governador do Rio Grande do Norte, Aluizio Alves, define posição favorável aos golpistas, passando a integrar-se ao movimento, assumindo com os militares a defesa da Ditadura Militar no Estado.

O governador Aluizio Alves era até então um líder populista, eleito governador em 1960, pelo PSD (Partido Social Democrático), numa coligação que reuniu o PCB, o PS (Partido Socialista) e o PTN (Partido Trabalhista Nacional) - partido do ex-prefeito de Natal, Djalma Maranhão, um dos maiores líderes de esquerda nacionalista no Rio Grande do Norte. Contava ainda com dissidentes udenistas que lhe apoiaram no momento do rompimento político com Dinarte Marizi, o qual preferiu apoiar Djalma Marinho na chapa da UDN. Para os grupos progressistas, esquerdistas e nacionalistas, que apoiaram a candidatura aluizista, a aliança poria fim à política oligárquica, iniciando um período de conquistas econômicas e sociais para o povo do Rio Grande do Norte.

A nível nacional, Aluizio mantinha aliança com o governo João Goulart, mas a nível local sua aliança era com as oligarquias e



os EUA, através da Aliança para o Progresso, motivo que resultou no rompimento com Djalma Maranhão, fato deflagrado nas eleições de 1962, para os cargos legislativos nacionais e prefeituras. Aluizio Alves recusou-se a apoiar a candidatura de Djalma Maranhão para o Senado federal, garantindo a vitória de Walfredo Gurgel, então seu vice-governador.

Com isso, Aluizio rompe de-

finitivamente com os movimentos populares, que o haviam eleito, adotando práticas clientelistas e oligárquicas. Este passa a reprimir e perseguir movimentos reivindicatórios e manifestações coletivas, como no caso do movimento dos estudantes de Direito, em 1961, da greve dos Trabalhadores da Construção Civil, em 1963, e da greve da Polícia Militar, no mesmo ano.

Quando o golpe já estava de-

flagrado, Aluizio Alves publicou nota na Tribuna do Norte, intitulada Ao Povo, na qual informava lamentar:

"Que o presidente João Goulart, a quem reconhece e sempre há de proclamar inestimáveis serviços ao Rio Grande do Norte (...) não tenha podido impedir a radicalização das posições ideológicas e políticas, conduzindo o país a um impasse intolerável, que só pode ser solucionado com o respeito às tradições das forças armadas". (TRIBUNA DO NORTE, 02/04/64 apud PEREIRA, 1996, p. 132).

Em posição contrária ao golpe militar e ao governador Aluizio Alves ficou o prefeito de Natal, Djalma Maranhão. Na manhã de 1º de abril/64, o prefeito comunicou ao comandante militar e ao secretário de Segurança Pública que estaria ao lado da democracia e do presidente da República, João Goulart. No mesmo dia, Djalma Maranhão reuniu-se na prefeitura de Natal com seus secretários, lideranças estudantis, sindicais e políticas. Numa atitude legítima, do ponto de vista democrático, Djalma conclama o povo, através de notas oficiais, a resistir ao golpe. Na primeira delas consta:

O prefeito Djalma Maranhão, ao lado das forças populares e democráticas, conclama o povo para que se mantenha em permanente estado de alerta, nos seus sindicatos, diretórios, órgãos de classe, sociedades de bairros, ruas e praças públicas, na defesa intransigente da legalidade, que possibilitará a libertação do povo e do país do imperialismo e do latifúndio, a concretização das Reformas de Base do amanhã mais justo e mais feliz do Brasil. O prefeito Djalma Maranhão (...)



cumpra a sua obrigação de dizer que a prefeitura é a casa do povo onde se instala nesta hora, o Q.G. da legalidade e da resistência. (DIÁRIO DE NATAL, 1º/04/64 APUD PEREIRA, 1996, p. 128).

Em Natal, não ocorre nenhuma manifestação popular de resistência, pois as autoridades militares das Forças Armadas, junto com o governador do Estado, Aluízio Alves, adotam medidas preventivas para impedir, mesmo com o emprego violento da força, se for o caso, a perturbação da ordem pública, deixando tropas de prontidão nas ruas. Em notas oficiais, os militares advertiam ao povo em geral e, particularmente, os estudantes e operários, que estavam proibidas as aglomerações, passeatas e comícios contrários ao regime instaurado.

A situação era tensa na prefeitura. Djalma Maranhão tentou entrar em contato com Miguel Arraes, governador do Pernambuco, para informar-se dos acontecimentos naquele Estado, mas não conseguiu. A notícia que chegou à prefeitura naquele dia era que o presidente João Goulart já havia sido deposto. Durante a noite, uma patrulha do exército invade o prédio da prefeitura de Natal. "O oficial que a comandava abriu a porta do gabinete do prefeito com um chute, e gritou: Acabou a baderna! Pra fora comunistas, filhos da puta". (GÓES, 1999 a, p. 182). Junto com Djalma Maranhão foram presos o presidente do Sindicato da Construção Civil, Evlín Medeiros, e o vice-prefeito Luís Gonzaga dos Santos, todos acusados de serem comunistas. Os outros presentes na prefeitura foram expulsos. Sobre este evento o próprio Djalma Maranhão relata numa de suas cartas no exílio:

"Fui traído pelo comandante da Guarnição de Natal, Coronel Mendonça Lima (...) e que, se bandeando para o golpe, após invadir a prefeitura com forças militares, convocou-me ao Quartel General oferecendo-me a liberdade em troca da minha renúncia. Recusei em nome de minha honra e do respeito ao povo que, me conferira o mandato por mim desempenhado". (MARANHÃO, 1984, p. 74).

No desejo maior de manter-se no controle do poder estadual, Aluízio Alves apoiou e liderou di-



versas ações repressivas. Formou ele próprio uma Comissão Especial de Investigação no Rio Grande do Norte, contratando em Pernambuco dois policiais que tinham treinamento especial na CIA: Carlos Moura de Moraes Veras, com cursos no FBI (Federal Bureau of Information), e José Domingos da Silva. Estes agentes tinham amplos poderes para prender, encarcerar e torturar os subversivos que faziam mobilizações populares. Estes amplos poderes eram justificados pela retórica de que eles estavam agindo em nome da Segurança Nacional. Como em todo o país, foram instalados, no Rio Grande do Norte, diversos IPMs, criados pelo AI-1, chefiados por coronéis do Exército, ampliando o poder repressivo dos militares frente às atividades consideradas subversivas e antidemocráticas, juntamente com uma Comissão Geral de Investigações.

Os militares e civis que cercaram o poder político fizeram questão de ocultar informações e apagar da memória do povo

norte-rio-grandense, o trabalho social desempenhado por Djalma Maranhão, prefeito de Natal à época do golpe. A respeito da administração de Djalma Maranhão, Dorian Jorge Freire afirma:

"Djalma não administrava para o povo - Djalma administrava com o povo. Com ele a democracia era mais o governo do povo do que pelo povo e para o povo (...) A intervenção militar de 1964 tinha de pegá-lo, porque não podia aceitar o povo no governo. Cassou Djalma Maranhão, prendeu Djalma Maranhão e terminou por exilá-lo". (MARANHÃO, 1984, S/P).

Com o golpe de 1964, Djalma Maranhão foi afastado da prefeitura do Natal, preso e teve seu mandato cassado. Após a prisão, foi entregue ao IPM, dirigido pelo capitão Ênio de Lacerda. Segundo o próprio Djalma Maranhão: "Este [Ênio] com técnicas da Gestapo de Hitler, devassou a prefeitura, sindicatos (...) diretórios estudantis, prendendo dezenas de pessoas, chegando a torturar presos políti-

cos". (MARANHÃO, 1984, p. 70).

Djalma Maranhão passou pelas prisões em Natal, Recife e Fernando de Noronha.

"(...) em várias oportunidades, quando dos interrogatórios dos IPMs, foi incitado para acusar o governador do seu Estado, sob a alegação de que o homem, para estar ali em seu lugar, era o sr. Aluízio Alves. Recusou-se, (...) e em todos os seus depoimentos não delatou ninguém assumindo, unicamente, a responsabilidade dos seus atos, apesar do terror existente". (GÓES, 1999 b, p. 246).

Em sua administração, Djalma Maranhão deu prioridade à Educação. Este acreditava que o seu "crime maior foi alfabetizar vinte e cinco mil crianças na pioneira campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, reconhecida pela UNESCO". (MARANHÃO, 1984, p. 69). Mas não foi só isso. Djalma Maranhão defendia a reforma agrária e a limitação da remessa de lucros dos trustes para o exterior. Somente em fins de 1964, é que Djalma Maranhão foi libertado, por intermédio de um habeas corpus concedido pelo Supremo Tribunal Federal.

A Comissão Especial de Investigações chegou a produzir um relatório intitulado Subversão no Rio Grande do Norte. Este "ficou conhecido como Relatório Veras, fazendo alusão ao nome do delegado que presidia a comissão". (PEREIRA, 1996, p. 138). Esta comissão tratou de perseguir os funcionários públicos acusados de subversão e comunismo.

"As investigações duraram cinco meses. De abril a junho, as prisões se encheram. Foram 83 indiciados e 60 denunciados pela 7ª Auditoria Militar do Recife. E, com base nas conclusões da Comissão Estadual de Investigações, o governo fez as demissões no Estado e no município: 13 demitidos, 9 aposentados e 1 em disponibilidade". (GÓES, 1999 a, p. 189).

O Relatório Veras foi publicado no jornal O POTI, de 27/09/64, mostrando ainda fotos de pessoas indiciadas, acusadas de subversivas.

Os militares e o governo civil, usando-se de IPMs e comissões de investigações, chegaram a prender, torturar e exilar participantes do PCB, de sindicat-



tos, do movimento estudantil, funcionários públicos e trabalhadores rurais. Maria Conceição P de Góes afirma:

"Foram presos muitos trabalhadores do campo que reivindicavam direitos trabalhistas, e que, por esse motivo, se haviam aproximado das ligas camponesas ou dos sindicatos rurais (...) Muitos presos não eram chamados para depor, não sabiam de que eram acusados, iam ficando desesperados". (GÓES, 1999 a, p. 192).

Muitas lideranças católicas que trabalhavam em prol dos sindicatos rurais eram igualmente acusadas de comunistas, ou de pactuarem com eles. Dom Eugênio Sales, bispo conservador e administrador apostólico de Natal, teve seu principal colaborador no sindicalismo rural potiguar, José Rodrigues Sobrinho, presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte, preso por participar da Frente de Mobilização Popular e de movimentos grevistas no Estado. Dom Eugênio conseguiu a libertação de José Rodrigues do quartel do 16º RI (Regimento de Infantaria), mas a este fora recomendado o exílio, fato concretizado a posteriori.

A repressão de 64 não atingira apenas os homens, pela primeira vez em Natal, mulheres foram presas por envolvimento político. Entre elas, estavam Maria Laly Carneiro, pertencente à Ação Popular; Diva da Salete Lucena e Margarida de Jesus Cortês, pedagogas da Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler e, Mailde Pinto Galvão, diretora de Documentação e Cultura da Prefeitura do Natal.

No dia 10 de abril de 1964, foi preso também Luís Maranhão Filho, militante do PCB, irmão de Djalma Maranhão. Luís havia sido descoberto numa casa na Praia da Redinha, onde havia se refugiado após ter saído do Q.G. da Legalidade, em 1º/04/64. Luís Maranhão Filho já temia uma crise institucional no Brasil, por isso, e por sua posição ideológica, procurou refúgio. Luís Maranhão, que assistira ao Comício da Central em 13/03/64, ficara "bastante impressionado com o tom dos discursos. Parecia que as lideranças de esquerda pretendiam ultrapassar umas às outras pelo radicalismo". (GÓES, 1999 a, p. 179). Ao ser preso, Luís foi levado para o RO (Regimento de Obuses) e deixado numa sala on-



de já se encontravam Luís Gonzaga dos Santos, José Macedo, Hélio Xavier de Vasconcelos e Omar Pimenta, indiciados como comunistas e subversivos. Na noite de 21/04/64, Luís Maranhão e mais três companheiros foram levados para uma sessão de tortura. "Amarrados, pendurados pelos pés, recebiam choques elétricos, e, em seguida, mergulhados em tonel de água e óleo até quase desfaleceram". (GÓES, 1999 a, p. 192).

No 16º RI, os procedimentos com os presos não eram diferentes. Entre os presos que lá se encontravam estavam: Djalma Maranhão, o médico Vulpiano Cavalcanti - um dos mais expressivos comunistas no Rio Grande do Norte - Moacir de Góes, Aldo Tinoco, alguns estudantes universitários, entre outros. O presidente da Ular, Waldier Gomes dos Santos sofreu tanto espancamento que ficou com um pulmão afetado. Já o caicoense Evlin Medeiros, além das torturas, sofreu simulação de fuzilamento.

Em agosto de 1964, foram em-

barcados para a prisão na ilha de Fernando de Noronha: Luís e Djalma Maranhão, Floriano Bezerra e Aldo Tinoco, só que eles não sabiam para onde estavam sendo levados. Ao chegarem em Fernando de Noronha "(...) foram colocados em uma prisão do quartel militar do Exército e puderam conversar. Na cela ao lado estava o ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes. Mesmo sem se avistarem conversaram à noite, durante muito tempo". (GÓES, 1999 a, p. 197). Por intervenção do advogado e deputado federal Carvalho Neto, foi concedido o habeas corpus a Luís Maranhão, que foi libertado em fins de outubro de 1964. Este retorna a Natal, mas sente um clima de insegurança e teme continuar na cidade, decidindo partir para o Rio de Janeiro.

Nem o advogado e deputado federal Carvalho Neto foi poupado da repressão. Este, que por intermédio de habeas corpus conseguiu a libertação de muitos presos políticos do Rio Grande do Norte, fora igualmente detido no

16º RI, em fins de 1964. Carvalho Neto era acusado de prestar desserviços à "Revolução" e advogado comunista e subversivo. O capitão Ênio Lacerda chegou a ameaçar Carvalho Neto de espancamento. Por intervenção da OAB junto ao Ministério da Justiça, Carvalho Neto foi libertado.

Muitos políticos da UDN acusavam seus adversários da esquerda nacionalista de terem atividades subversivas, envolvendo-os em algum IPM, de maneira a eliminar a concorrência. Com a implantação do bipartidarismo pelo AI-2, Aluízio Alves filia-se à Arena, partido do governo, e consegue eleger-se deputado federal em 1966. Consegue também eleger seu sucessor a governador, Walfredo Gurgel, derrotando Dinarte Mariz, maior inimigo político de Aluízio Alves. Mesmo fazendo parte da mesma legenda, a convivência entre dinartistas e aluizistas tornava-se cada vez mais difícil. Por isso, a Arena no Rio Grande do Norte ramifica-se em duas: Arena verde, liderada por Aluízio Alves e, Arena vermelha, liderada por Dinarte Mariz.

Devido a grande influência junto ao governo Costa e Silva, Dinarte Mariz faz sérias acusações ao governo de Aluízio Alves, que desembocaram no seu processo de cassação, entre elas destacaram-se: populismo, corrupção, abuso do poder econômico durante as eleições e atos incompatíveis com o golpe de 1964. Com isso, em 1969, por meio do AI-5, Aluízio têm seus direitos políticos cassados até 1973. Assim como seus irmãos Agnelo e Garibaldi Alves. Durante este período, a família Alves ingressou no MDB, como única alternativa de oposição, mas sem respaldo político. A partir de 1970, as eleições para governo passam a ser indiretas, dando vantagens apenas aos políticos da Arena, ou seja, o partido da situação.

O norte-rio-grandense Dinarte Mariz foi um grande defensor do regime militar. Nos seus discursos no Senado federal, ele sempre reafirmava seu compromisso com os militares. Considerava-se o defensor da "Revolução e das Forças Armadas contra as investidas dos comunistas e daquelas áreas que contestavam o regime (...)" (MARIZ, 1980, p. 66). (Por Maria Auxiliadora Oliveira da Silva e Neily Lopes Duran).



Política partidária entre as décadas de 60 e 70: Maias, Alves e o inesperado Agenor Maria

O Estado do Rio Grande do Norte no início dos anos 60 viu surgir um novo líder político no seio da UDN que representava uma ameaça para Dinarte Mariz. Aluizio Alves apareceu na política potiguar como líder político principal, renegando o papel de coadjuvante da UDN, que mais tarde terminaria com o rompimento Aluizio Alves/Dinarte Mariz, dando novos rumos à história política do Rio Grande do Norte: "O rompimento entre Aluizio Alves e Dinarte Mariz fixou definitivamente a divisão do Estado entre essas duas lideranças políticas, iniciando-se uma nova fase de radicalização política no Rio Grande do Norte" (Caderno de História, julho de 1996).

As divergências políticas continuavam a existir no ambiente político estadual quando ocorreu o Golpe de Estado em 1964 que rompia a normalidade nacional e estadual.

Cassado em 1969, Aluizio Alves não se afastou da política norte-rio-grandense, tendo em vista que o mesmo continuou por trás da "cortina" ditando as normas da política estadual: "Aluizio Alves revitalizou o MDB potiguar, dando-lhe forças para enfrentar a Arena. Além do mais, participou da escolha de três governadores indiretos (Cortez Pereira, Tarcísio Maia e Lavoisier Maia)". (TRINDADE apud MACHADO, 1995, p. 79).

Em 1978, o quadro político do Rio Grande do Norte foi marcado por acordos e combinações políticas que deixou a grande maioria do eleitorado norte-rio-grandense um tanto confuso. Com a cassação de Aluizio Alves, os primeiros anos do governo de Tarcísio Maia receberam ferrenhas críticas e severa oposição à administração do segundo governador do Rio Grande do Norte indicado pelos militares. No entanto, no final de seu governo, Tarcísio Ma-



ia conseguiu fazer um acordo, como já frisamos, que ficou conhecido como "Paz Pública" celebrado com os Alves, cujo líder maior estava cassado, mas que era dono de um dos maiores meios de comunicação do Estado, a Rádio Cabugi, que passava a dar todo apoio ao seu governo. A Rádio Cabugi mudava de posição para favorecer a política de administração estadual, causando um grande descontentamento aos seus ouvintes que não conseguiam entender o que estava se passando no cenário político do Rio Grande do Norte, haja vista que, quando todos achavam que Aluizio Alves voltaria a defender o MDB, partido que lhe acolheu, ele passou a apoiar os candidatos da antiga Arena, antes adversários políticos.

O Rio Grande do Norte, Estado pequeno e dependente dos recursos provenientes do governo federal, durante o início da Ditadura Militar, passava por uma contínua turbulência política, graças à instabilidade política advinda do período pós-Revolução de 30, como também em virtude da disputa entre as principais correntes políticas no Estado: aluizistas e dinartistas.

O rompimento de Aluizio com Dinarte Mariz, proporcionou a divisão do Estado entre duas lideranças políticas que marcariam a

fase de radicalização no Rio Grande do Norte. Essa divisão política no Estado dificultou a possibilidade de surgimento de novas lideranças política no Estado que viessem a ameaçar o predomínio político de ambos. No entanto, surge na região Seridó uma figura política sertaneja que passa a ter significativa presença no cenário político estadual e, posteriormente ao nível nacional: Agenor Maria.

Irregularidades e mais irregularidades desnorream a política do Rio Grande do Norte em meio aos problemas e a divisão de uma política partidária que corroia o quadro político e social dos norte-rio-grandenses: "... A instituição do bipartidarismo no Brasil e a vinculação de Aluizio e Dinarte aos militares em 1964, motivou-os a ingressarem no partido governista, a Arena. O ambiente político no estado permanecia agitado, principalmente após a eleição de 1965. Dinarte e Tarcísio Maia foram batidos pelos candidatos aluizistas, Walfredo Gurgel e Clóvis Mota". (MACHADO, 1995, p. 81).

Homem de pouco estudo e de uma simplicidade singular, mas dono de uma retórica persuasiva, permitindo-lhe discutir sobre qualquer assunto relacionado à política norte-rio-grandense, Agenor Maria chegou à Assembleia

Legislativa do Rio Grande do Norte pela UDN com o apoio do líder político seridoense Dinarte Mariz.

Evidentemente que o Rio Grande do Norte e em especial a região Seridó, sonhavam com um representante público à altura de seus anseios quando Agenor Maria, um agricultor de pouca instrução educacional, apareceu na política norte-rio-grandense. À experiência de Agenor Maria como vereador em sua terra natal (São Vicente), lhe proporcionou para empreitadas maiores um certo conhecimento e desenvoltura política.

Nesse contexto, vale salientar que o "inexpressivo" Agenor Maria permanecia na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte como representante fiel e em defesa do agricultor frente ao regime militar que calava a boca e reprimia políticos e intelectuais por todo o país. Neste sentido, Agenor Maria ia se tornando um político de renome no cenário político estadual. Sua luta na Assembleia Legislativa em defesa do pequeno produtor rural, despertava credibilidade da população e dos líderes políticos do Rio Grande do Norte.

Apesar de sua aproximação com o homem do campo, Agenor Maria não conseguiu assumir o papel de líder principal da política norte-rio-grandense, pois seu trabalho como deputado estadual não foi suficiente para elevá-lo a deputado federal em 1966, ficando na suplência por falta de um maior apoio por parte de seu correligionário e líder político Dinarte Mariz.

Acolhido pelo MDB que tinha como líder político Aluizio Alves, principal opositor de Dinarte Mariz, Agenor Maria assumiu a cadeira de suplente de deputado federal em 1968 com objetivos fundamentais no que se refere a uma política "revolucionária" de assistência social aos menos favorecidos sem preocupar-se com qualquer norma de seu partido ou líder maior Aluizio Alves. Por Eduardo de Souza Soares e Josefa Emília de Macedo.



Itamar e Aluizio Alves defendem transposição do rio São Francisco

Se como presidente da República ele deu total apoio ao então ministro da Integração Regional, Aluizio Alves, para desenvolver o projeto da transposição do rio São Francisco, não seria como governador do Estado de Minas Gerais que ele se oporia ao projeto. Foi isso o que deixou evidenciado o governador Itamar Franco, ao dar depoimento ontem à tarde na comissão especial da Câmara que discute o projeto. "Mesmo sendo Minas responsável por 70% das águas do rio São Francisco, o Estado não é dono do rio", disse o governador.

"Se Minas, que tem a maior parte do rio e será apenas doadora apoia o projeto, por que outros Estados não de ser contra?". A pergunta ficou implícita nos inúmeros elogios que os participantes do Grupo de Estudos da Transposição do rio São Francisco na Câmara fizeram à postura do governador mineiro. Até Ha-

roldo Lima (Pcdo-BA), um dos deputados que mais criticam o projeto, parabenizou a idéia de Itamar, mas fazendo ressalvas. "Paralelo a esse debate temos que barrar a privatização da Chesf e lutar pela transposição do Tocantins. Pois não queremos água só para beber, queremos industrializar o Nordeste", disse.

Itamar Franco lembrou ainda que o Estado é responsável por 50% da água atualmente consumida pelo Nordeste. A audiência pública da Comissão Especial durou três horas e meia. Além do governador Itamar Franco, participaram dos debates o ex-ministro Aluizio Alves e o atual secretário nacional de infraestrutura hídrica, Rômulo Macedo, do ministério da Integração Nacional. Ele foi um dos responsáveis pelo projeto original e atualmente é o gerente do projeto em fase de conclusão. Coube a Rômulo explicar as alterações previstas

no projeto atual, cujas obras têm início programado para o segundo semestre deste ano.

O ex-ministro Aluizio Alves fez uma retrospectiva do projeto reivindicado há mais de 150 anos pelos nordestinos. Ele criticou os parlamentares que se opõem a obra e defendeu o uso racional e múltiplo do rio São Francisco.

Segundo Aluizio, o projeto atual deve ser executado e, no futuro, poderá ser feita a integração das bacias do São Francisco com a do Tocantins. Pelo projeto em discussão, a vazão de 70m³ por segundo atenderia a demanda dos Estados beneficiados com a transposição. Depois poderíamos pensar na integração de outras bacias.

Aluizio Alves lembrou ainda que teve apenas seis meses para elaborar o projeto e deixou tudo pronto para as licitações no final do governo Itamar Franco. Até os editais estão incluídos nos 228

volumes do projeto. Depois vieram as ações judiciais. Foram sete ao todo, uma deles movida pelo atual ministro da Previdência Social, Valdeck Ornelas, do PFL da Bahia.

Além do deputado Henrique Alves, que preside a comissão, participaram da audiência os deputados Betinho Rosado e Lavoisier Maia, do PFL, Múcio Sá e o senador Agnelo Alves, ambos do PMDB. Betinho elogiou as declarações do ex-presidente Itamar Franco e salientou o empenho do ex-ministro Aluizio Alves na elaboração do projeto.

Para o presidente da comissão, Henrique Alves, depois do debate, a comissão tomou outro rumo, já que o apoio de Minas Gerais significa um grande avanço no debate travado entre os parlamentares.